

Em busca do arquivo perdido:
a Assessoria Especial de Segurança e Informação da
Universidade Federal do Espírito Santo (AESI/Ufes).

RESUMO:

O principal objetivo deste artigo é apresentar os problemas relacionados ao acesso aos documentos da Assessoria Especial de Segurança e Informação da Universidade Federal do Espírito Santo (AESI/Ufes). Criando no âmbito do Ministério da Educação e Cultura e atuando no sistema coordenado pelo Serviço Nacional de Informação (SNI), a AESI/Ufes funcionou entre 1971 e 1983 e teve como principal tarefa o monitoramento das atividades da comunidade universitária.

Palavras-chave: Ditadura Militar; Universidade; AESI.

ABSTRACT:

The main purpose of this paper is to present the issues related to access to documents of the Assessoria Especial de Segurança e Informação da Universidade Federal do Espírito Santo (AESI/Ufes). Established under the Ministry of Education and Culture and coordinated by the National Intelligence Service (Serviço Nacional de Inteligência – SNI), the AESI/Ufes operated from 1971 to 1983 and its task of monitoring the activities of the university community.

Keywords: Military Dictatorship; University; AESI

Os debates e discussões sobre o regime militar passaram a ocupar espaço destacado na historiografia brasileira, nos últimos anos. A entrada em vigor da Lei N° 12.527, de 18/11/2011 (chamada de Lei de Acesso a Informação: LAI), entre outros motivos, colaborou para o incremento de acervos sobre as atividades dos antigos órgãos de informação e segurança. Essa lei entrou em vigor em 16/05/2012 e, apesar da existência ainda de entraves, representou a possibilidade de historiadores, estudantes,

jornalistas, enfim, inúmeras pessoas utilizarem documentos até então vetados para pesquisas.

Contudo, apesar dos avanços e de todos os esforços da equipe do Arquivo Nacional (AN), um importante conjunto documental ainda não foi encontrado – ou disponibilizado integralmente – para a comunidade de pesquisadores: o acervo da Divisão de Segurança e Informação (DSI), do Ministério da Educação (MEC).¹

Seja como for, após uma provocação da Comissão Nacional da Verdade (*Lei n° 12.528*, de 18/11/2011), a busca por esse acervo motivou uma série de iniciativas interministeriais. Como no caso do Ministério da Justiça (MJ), que através do Aviso n° 1069, de 04/07/2012, solicitou que todos os ministérios procedessem ao levantamento, identificação e recolhimento – junto ao projeto “Memórias Reveladas”, do Arquivo Nacional (AN) – de documentos do período do regime militar que se encontrassem em sua guarda.

Sendo assim, em agosto de 2012, a Subsecretaria de Assuntos Administrativos do Ministério da Educação, através do Ofício-Circular n° 11/2012/SAA/SE/MEC, remeteu a todos os reitores das universidades públicas, federais e estaduais, uma solicitação para que fosse realizado um “Levantamento e Identificação dos documentos do Regime Militar a serem recolhidos ao Arquivo Nacional”.

Para os objetivos deste trabalho essa é a informação mais importante. Na prática, esses ofícios solicitavam que as universidades deveriam buscar em seus arquivos documentos referentes à atuação dos chamados órgãos de informação, entre eles as Assessorias Especiais de Segurança e Informação (AESI) e Assessorias de Segurança e Informação (ASI), que durante o regime militar.

Em resposta a essa demanda do MEC, em outubro de 2012, o Gabinete da Reitoria da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) solicitou ao seu Departamento de Arquivologia que realizasse um levantamento em todos os centros da universidade, com o objetivo encontrar tais documentos.

¹ Sem esses documentos, parte considerável da rotina de vigilância e monitoramento no interior das universidades continuará sendo um vazio em relação à história do regime militar.

Buscando compreender melhor a importância desses documentos, antes de tratarmos das atividades de busca, coleta e descrição dos documentos da AESI/UFES, supõe-se ser necessário realizar uma contextualização sobre a criação e estruturação do aparato repressivo em nosso país no período pós-1964, principalmente, sobre os órgãos que atuaram no interior das universidades.

Uma das primeiras medidas dos militares, depois que tomaram o Poder, foi estruturar a criação de um órgão voltado para a vigilância, monitoramento e controle político e social. Assim, surgiu, três meses depois do golpe, o Serviço Nacional de Informação (SNI). O General Golbery do Couto e Silva foi o principal idealizador e primeiro militar a assumir a chefia do órgão.²

Inicialmente, as atividades do “serviço” estavam concentradas em levantar informações sobre indivíduos considerados “subversivos”. Entretanto, apesar do surgimento de inúmeros órgãos ligados e subordinados ao SNI ao logo dos anos, pode-se afirmar que a escalada repressiva que marcou esse período contava com os seguintes fundamentos básicos: a espionagem, a censura e a propaganda.

Para os objetivos deste trabalho, concentraremos nossas tarefas na análise da estrutura de espionagem nas universidades brasileiras. Outro fator importante foi a criação das chamadas Divisão de Segurança e Informação (DSI) que passaram a atuar no interior dos órgãos governamentais, inclusive, dos ministérios civis. Esses órgãos de segurança e informação foram implantados em inúmeros órgãos da estrutura estatal – ministérios civis, ministérios militares, autarquias, fundações e outros órgãos públicos.

Como citado acima, a abrangência e a estrutura do SNI possibilitou a atuação de seus agentes até mesmo no interior dos ministérios civis, sobretudo, no interior das universidades.

Os jovens também foram perseguidos, sobretudo, o jovem universitário de classe média, tomando, de alguma maneira, pelo anseio de modificar o mundo: seriam subversivos, segundo a

² FICO, Carlos. **Como eles agiam**: Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

comunidade, ou inocentes uteis – o que dava na mesma, quando se pensa, “apenas”, no cotidiano da repressão.³

Dessa feita, podemos afirmar que o contexto dos anos finais da década de 1960 marcou o ponto culminante do processo de centralização da repressão política. Pode-se dizer que a criação de dezenas de órgãos de repressão foi resultado das pressões de setores das forças armadas, que viam a necessidade de “endurecer” o regime. Como observa o pesquisador Carlos Fico: o SNI iria passar por um adensamento de suas funções até se transformar num “monstro” a partir de 1969.

Existia uma permanente preocupação em controlar e vigiar as atividades de todos os setores da sociedade, inclusive dos ministérios civis. Entre os setores mais atuantes estavam as Divisões de Segurança e Informação (DSI) do Ministério da Justiça e do Ministério da Educação, especialmente, por lidar diretamente com os militantes estudantis, como veremos a seguir.⁴

Para assessorar as atividades de vigilância junto às DSI's, foram criadas as chamadas Assessorias de Segurança e Informação (ASI) e as Assessorias Especiais de Segurança e Informação (AESI) em toda a estrutura estatal, civil e militar. Em tese, o objetivo era monitorar possíveis casos de corrupção e a atuação de “comunistas” dentro dos Ministérios, repartições públicas e autarquias.⁵

Assim, a estrutura repressiva ganhou musculatura administrativa e burocrática para atuar em todas as esferas da sociedade. Uma das justificativas utilizadas pelos militares para a criação de tais órgãos, entre eles o DSI/MEC, foram as massivas manifestações estudantis de 1968 – ano simbólico do movimento estudantil. Haja vista que entre as prioridades do aparato repressivo estava a vigilância do interior do Campus.

Como foi dito anteriormente, entre os órgãos que atuavam nos ministérios civis um dos maiores e mais atuantes foi DSI/MEC. A tarefa principal desse órgão era cuidar da vigilância e monitoramento das atividades da comunidade universitária, sobretudo,

³ FICO, Carlos. **Como eles agiam**: Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 167.

⁴ São destacadas ainda pelo autor as DSI's do Ministério do Interior e do Ministério Interior. FICO, Carlos. op. cit. p 85. VERIFICAR TEXTO MARCADO.

⁵ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Incômoda Memória: os arquivos das ASI universitárias. **Acervo** (Rio de Janeiro), v. 16, p.44.

do movimento estudantil, visto que as DSI's faziam parte do chamado "Sistema de Informação". Tais órgãos, no início da década de 1970, estavam subordinados diretamente ao SNI, ou seja, mesmo a vigilância nos órgãos civis passou a ser controlada diretamente pelas forças armadas.⁶

Isso porque, em outubro de 1970, através da "Diretriz Presidencial de Segurança Interna", a cúpula do regime começou a estruturar e planejar o combate mais ostensivo aos "inimigos da ordem".⁷ A principal inovação da "Diretriz" foi a institucionalização do chamado Sistema Nacional de Segurança Interna (SISSEGIN). A partir da criação do SISSEGIN houve uma centralização das operações de repressão política em nível nacional. Em outras palavras, as forças armadas iriam assumir o combate direto às "ameaças internas".

Nesse sentido, foi criado o Destacamento de Operações de Informações-Centro de Operações de Ordem Interna (DOI-CODI). A ideia era centralizar e integrar a ação dos órgãos de repressão política. Dessa feita, os serviços de inteligência da Marinha (Cenimar), da Aeronáutica (CISA), a Polícia Federal (PF), as Polícias Militares (PM's) e, principalmente, os DOPS estaduais passariam a desenvolver seu trabalho de forma homogeneizada e sempre sob a coordenação do Exército.

Dessa forma, com a criação do SISSEGIN, Forças Armadas e polícia política unificaram esforços para enfrentar a ameaça "subversiva". De modo geral, o "sistema de informação e segurança" atuava em todos os setores e níveis. Entretanto, existiam alguns assuntos que ocupavam a pauta com mais frequência, que eram: a censura, os meios de comunicação, o clero, os estrangeiros e, tema dessa pesquisa, os professores e estudantes.

Em suma, a partir dessa época, passou a valer a lógica da suspensão em relação a todos e a tudo. O contado com os documentos dos antigos órgãos do aparelho repressivo, recentemente liberados para pesquisa, serviu para colocar por terra a falsa noção de que a repressão atuou de forma precisa e cirúrgica, ou seja, vigiou e monitorou apenas os indivíduos e grupos que aderiram à luta armada. A realidade passa longe disso.

⁶ FICO, Carlos. op. cit., pp. 79-80.

⁷ FICO, Carlos. *Como eles agiam*: 2001, pp. 115-135.

O “olhar vigilante” do aparato repressivo – integrado e em sintonia com os órgãos locais – esteve presente em todos os setores da sociedade. Como dissemos, mesmo antes da criação das AESI/ASI, na prática, o “Sistema de Informação” trabalhava dentro das universidades, através da atuação do DSI/MEC. Para auxiliar essa tarefa e, sobretudo, explicitar a centralidade e a importância de “calar a universidade”, foi editada uma legislação que tinha uma finalidade básica: arrefecer o ímpeto dos estudantes e impor limites à liberdade de pensamento dos intelectuais.

Dessa forma, evidenciando que a vigilância e monitoramento nas universidades tornou-se uma das prioridades dos órgãos de segurança – além da criação do DSI/MEC – a repressão aos integrantes do ME e aos professores passou a contar com um suporte jurídico específico: refere-se, aqui, ao Decreto nº 447, de 28 de Fevereiro de 1969.